



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE CONJUNTURA

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Lazzari

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 3, outubro 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 8	n. 3	p. 1-23	out. 2026
---------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Lazzari

Equipe técnica: Bruno Paim, Liderau dos Santos Marques Junior, Luciane Franke e Martinho Lazzari

Revisão de língua portuguesa: Susana Kerschner

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

É permitida a reprodução desta publicação e dos dados nela contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 CENÁRIO EXTERNO	5
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL	9
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	9
2.2 MERCADO DE TRABALHO	11
2.3 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS	11
2.4 EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO	13
3 CENÁRIO INTERNO — RS	14
3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	14
3.2 SETOR EXTERNO	17
3.3 MERCADO DE TRABALHO	18
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS	18
3.5 PERSPECTIVAS	19
PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS	20
REFERÊNCIAS	21

SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia mundial demonstrou resiliência no primeiro semestre de 2026, embora ainda se projete uma desaceleração no crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 3,1%, após fechar 2025 em 3,5%. No segundo trimestre, o crescimento ficou estável nos Estados Unidos, acelerou na Área do Euro e foi negativo na Argentina. Na China, a economia voltou a crescer no terceiro trimestre, em patamares iguais aos anteriores. De modo geral, a despeito de diversas medidas tomadas em nível doméstico para conter os reflexos da elevação dos preços das *commodities* provocada pelo conflito no Oriente Médio, há elevação recente dos preços ao consumidor. Por outro lado, a sustentação de investimentos ligados à inteligência artificial tem sido apontada como fator primordial para a resiliência do crescimento econômico mundial. No entanto, há assimetria entre os países tanto na integração com as atividades dos setores favorecidos pelos investimentos em tecnologia quanto na capacidade nacional de proteger as economias domésticas do choque nos preços das *commodities*.

Os dados mais recentes indicam que a economia brasileira manteve o crescimento em 2026, embora com sinais de desaceleração. No segundo trimestre, o PIB cresceu 0,5% em relação ao trimestre anterior, após alta de 1,1% no primeiro, impulsionado pela agropecuária. Na comparação interanual, a economia avançou 2%, com destaque para a expansão de 6,8% da agropecuária. Pelo lado da demanda, houve expansão da Formação Bruta de Capital Fixo e retração do consumo das famílias na margem. Os indicadores mensais mostram desempenho heterogêneo entre os setores, com resultados mais favoráveis nos serviços, perda de dinamismo na indústria de transformação e oscilações no comércio. O mercado de trabalho permaneceu favorável, com aumento da ocupação e da massa de rendimentos, queda da desocupação e geração de empregos formais. Em conjunto, os dados apontam para a continuidade do crescimento, porém em ritmo mais moderado e desigual entre os setores.

A inflação acumulada em 12 meses até setembro de 2026 atingiu 4,58%, ficando acima do teto da meta. A política monetária seguiu restritiva, apesar das recentes reduções da taxa Selic. No campo fiscal, o setor público registrou déficit primário de 0,62% do PIB no acumulado em 12 meses até agosto, enquanto a dívida bruta e a dívida líquida alcançaram 82,9% e 69,3% do PIB respectivamente. As projeções para 2026 indicam

inflação acima da meta e crescimento moderado da economia, com expansão projetada entre 1,8% e 2%.

No Rio Grande do Sul, o PIB cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior, refletindo o desempenho positivo dos três grandes setores econômicos. Na comparação com o mesmo período de 2025, a economia gaúcha avançou 5,7%, impulsionada, principalmente, pela agropecuária. Os indicadores mais recentes confirmam o bom desempenho da indústria, enquanto o comércio e os serviços apresentam sinais de retração.

O crescimento da agropecuária no primeiro semestre decorreu do aumento da produção de soja e milho, que compensou as quedas do arroz e a estabilidade do fumo. Para as culturas de inverno, prevê-se redução na produção de trigo, parcialmente compensada pelo aumento da colheita de canola. Nos últimos meses, os preços recebidos pelos produtores gaúchos pelos principais grãos apresentaram recuperação.

As exportações gaúchas totalizaram US\$ 16,543 bilhões entre janeiro e setembro, crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os principais destinos, aumentaram os valores exportados para a China e a União Europeia, enquanto houve redução das exportações para os Estados Unidos e a Argentina.

No mercado de trabalho, os principais indicadores permaneceram estáveis em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo período de 2025, a taxa de desocupação e o número de ocupados também se mantiveram estáveis, enquanto o rendimento médio real e a massa de rendimentos cresceram. No mercado formal, o Rio Grande do Sul registrou a perda de 1.621 postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto, mas acumulou saldo positivo de 8.582 empregos nos últimos 12 meses.

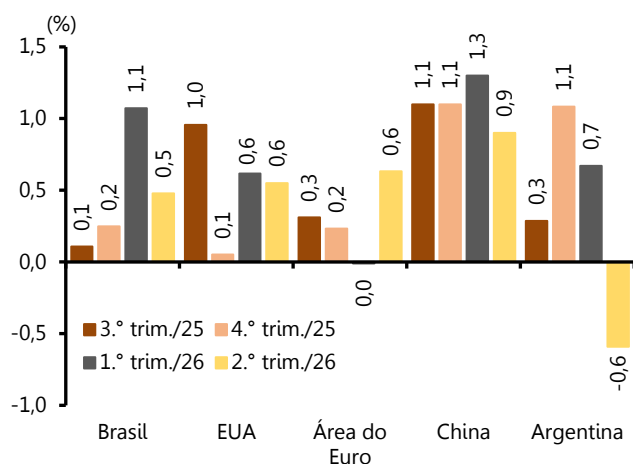
A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a preços de setembro de 2026, totalizou R\$ 41,545 bilhões entre janeiro e setembro, queda real de 1,4% em relação ao mesmo período de 2025. A retração foi puxada, principalmente, pela redução da arrecadação da indústria de transformação.

As perspectivas para a economia gaúcha seguem desafiadoras. A incerteza externa persiste, enquanto a perda de dinamismo da demanda doméstica tem-se refletido no desempenho do comércio e dos serviços no estado. Em contrapartida, a indústria gaúcha tem mantido um desempenho positivo. Os possíveis efeitos do fenômeno El Niño sobre a agropecuária representam um risco adicional para a economia do Rio Grande do Sul.

1 CENÁRIO EXTERNO

No segundo trimestre de 2026, registraram-se movimentos diversos nos países acompanhados: enquanto o Brasil e a China passaram por desaceleração, os Estados Unidos apresentaram estabilidade e a Área do Euro apresentou elevação da taxa de crescimento. Por outro lado, a Argentina apresentou queda no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de economias selecionadas — 3.º trim./2025-2.º trim./2026



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2026b).

Nota: Taxas em relação ao trimestre anterior. Séries com ajuste sazonal.

Nos Estados Unidos, observou-se avanço de 0,6% no PIB no segundo trimestre de 2026, repetindo a taxa do trimestre anterior (BEA, 2026a). Houve contribuição positiva do consumo e do investimento privados, em contraposição ao movimento observado nas categorias públicas. Parte dessa elevação da demanda foi suprida por importações, o que resultou em uma contribuição negativa das exportações líquidas no trimestre. O investimento privado permaneceu sob efeito dos elevados gastos com tecnologia. Nesse trimestre, após cinco trimestres de retração, o investimento residencial apresentou elevação (BEA, 2026b).

Na Área do Euro, houve retorno do crescimento no segundo trimestre de 2026. O consumo das famílias contribuiu positivamente, enquanto o consumo do governo e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ficaram estáveis. As exportações líquidas contribuíram positivamente com 0,9 ponto percentual (p.p.), devido, principalmente, à elevação das exportações. Já a redução de estoques provocou uma contribuição negativa para a variação do PIB no trimestre (-0,5 p.p.) (Eurostat, 2026).

Entre as principais economias da região, ordenadas por participação no PIB, o crescimento no segundo trimestre de 2026, em relação ao imediatamente anterior (com ajuste sazonal), foi de 0,3% na Alemanha, 0% na França, 0,2% na Itália e 0,7% na Espanha. Dos países do grupo, somente a Áustria apresentou variação negativa no período (Eurostat, 2026).

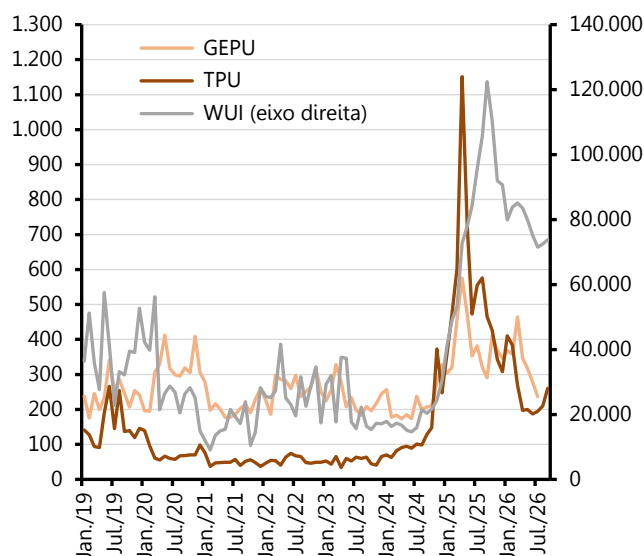
O crescimento chinês desacelerou para 0,9% no segundo trimestre e retornou ao patamar de 1,2% no terceiro trimestre (OECD, 2026b). O enfraquecimento dos subsídios do governo para a compra de bens tem contribuído para um menor crescimento do consumo, principal componente da demanda chinesa. Soma-se, ainda, a desaceleração do crescimento do investimento, decorrente da elevação dos custos de energia, que só não alcançou maiores proporções devido à utilização de reservas de petróleo, à maior participação de energias renováveis na matriz e à adoção de medidas para limitar o repasse aos preços da gasolina (World Bank, 2026b, p. 11). Essas dificuldades recentes associam-se ao ajuste mais estrutural observado nos setores ligados à construção. As exportações, por outro lado, têm contribuído positivamente, puxadas por veículos elétricos e relacionadas aos amplos investimentos em inteligência artificial observados no mundo.

A Argentina voltou a apresentar queda do PIB no segundo trimestre do ano, com retração de 0,6%. O maior recuo foi observado no componente de consumo total (-2,4%), que apresentou queda tanto no componente privado (-2,4%) quanto no público (-2,3%). A Formação Bruta de Capital Fixo caiu 0,8% no trimestre, em relação ao período imediatamente anterior, chegando a -11,1% na variação interanual (Indec, 2026a). As exportações cresceram 2,5%, e as importações caíram 3,5%. A utilização da capacidade instalada da indústria manufatureira do país em agosto foi de 58,5%, nível 1,1 p.p. inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Entre os 12 setores acompanhados pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), apenas quatro tiveram elevação em comparação com o nível do ano anterior. Analisando a série desde 2016, quatro setores atingiram a mínima histórica para o mês de agosto. O número passa para seis quando se desconsidera o ano de 2020, marcado pela pandemia de covid-19 (Indec, 2026b).

No segundo trimestre de 2026, o índice de incerteza mundial (WUI) manteve-se em níveis historicamente elevados, embora venha apresentando redução recente. O índice específico de incerteza comercial (TPU) também se manteve em patamar mais elevado

quando considerado o período anterior ao início das disputas tarifárias promovidas pelo governo estadunidense no início de 2025. Desde julho de 2026, o índice voltou a subir. Já o índice que capta a incerteza na política econômica permaneceu em queda até julho de 2026, último mês disponível (**Gráfico 1.2**).

Gráfico 1.2 - Índices de incerteza mundial (WUI), de política comercial (TPU) e de política econômica (GEPU) — jan./2019-set./2026

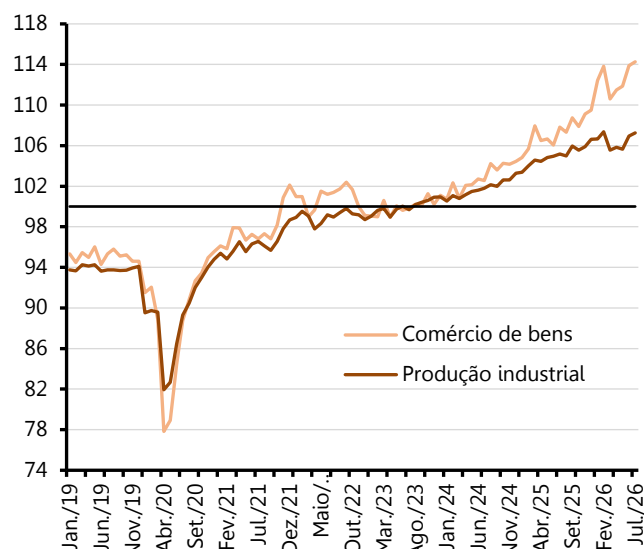


Fonte: Ahir, Bloom, Furceri (2022).
Davis (2016).
Caldara *et al.* (2020).

Nota: O *world uncertainty index* (WUI) leva em consideração a frequência de termos relativos à incerteza em relatórios econômicos de 143 países. O *global economic policy uncertainty* (GEPU) reflete a frequência de artigos de jornais que contêm um trio de termos relativos à "economia", à "política" e à "incerteza" e é uma média ponderada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de 21 economias que representam cerca de 71% do PIB global em paridade de poder de compra (PPP) e cerca de 80% em taxas de câmbio. Já o *trade policy uncertainty* (TPU) é calculado pela contagem da frequência mensal de artigos que discutem a incerteza da política comercial (como uma parcela do número total de artigos de notícias) em sete jornais. O índice é dimensionado de forma que o valor 100 corresponda a uma situação em que 1% das novas notícias contém referências ao indicador.

O índice que acompanha o volume do comércio de bens segue afastando-se daquele que representa a produção industrial (**Gráfico 1.3**). Os vultosos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento de inteligência artificial contribuem para o comércio mundial, embora sua produção seja, de certa forma, mais concentrada em alguns países do Leste Asiático. Por outro lado, as pressões sobre a produção industrial decorrentes do conflito no Oriente Médio, ao impactar os custos de produção de forma mais ampla, apresentam efeito mais disseminado sobre os países, refletindo-se em menor dinamicidade do indicador.

Gráfico 1.3 - Índices globais de produção industrial e de comércio de bens — jan./2019-jul./2026



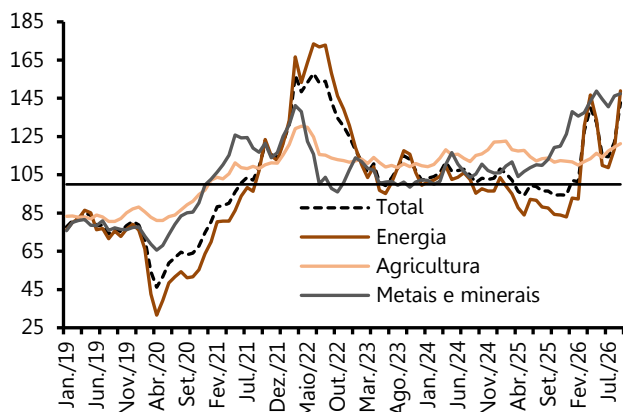
Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2026).

Nota: 1. Os índices têm como base o ano de 2023.

2. A produção industrial exclui a construção.

Os preços das *commodities* refletem a continuidade do conflito no Oriente Médio (**Gráfico 1.4**). Conforme alertado em boletim anterior (Boletim de Conjuntura [...], 2026), os preços do grupo de energia, após passarem por retração nos meses de junho e julho, voltaram a apresentar elevação nos meses seguintes. Em setembro, o índice alcançou patamar superior ao observado em abril, na deflagração do conflito. Tal situação deve manter-se em outubro, dado que o preço do barril de petróleo voltou a ser superior a US\$ 100,00. O grupo de *commodities* metais e minerais manteve-se com preços em patamar elevado, após o crescimento observado desde 2025. Já no grupo de *commodities* agrícolas, houve uma sequência do movimento de elevação iniciado em abril, como reflexo do aumento dos custos dos diversos insumos que tiveram seu comércio dificultado a partir das restrições de passagem no Estreito de Ormuz. Como consequência desse movimento conjunto, o índice total de preços das *commodities*, em setembro de 2026, superou o nível observado em abril.

Gráfico 1.4 - Índices de preço de grupos de commodities — jan./2019-set./2026



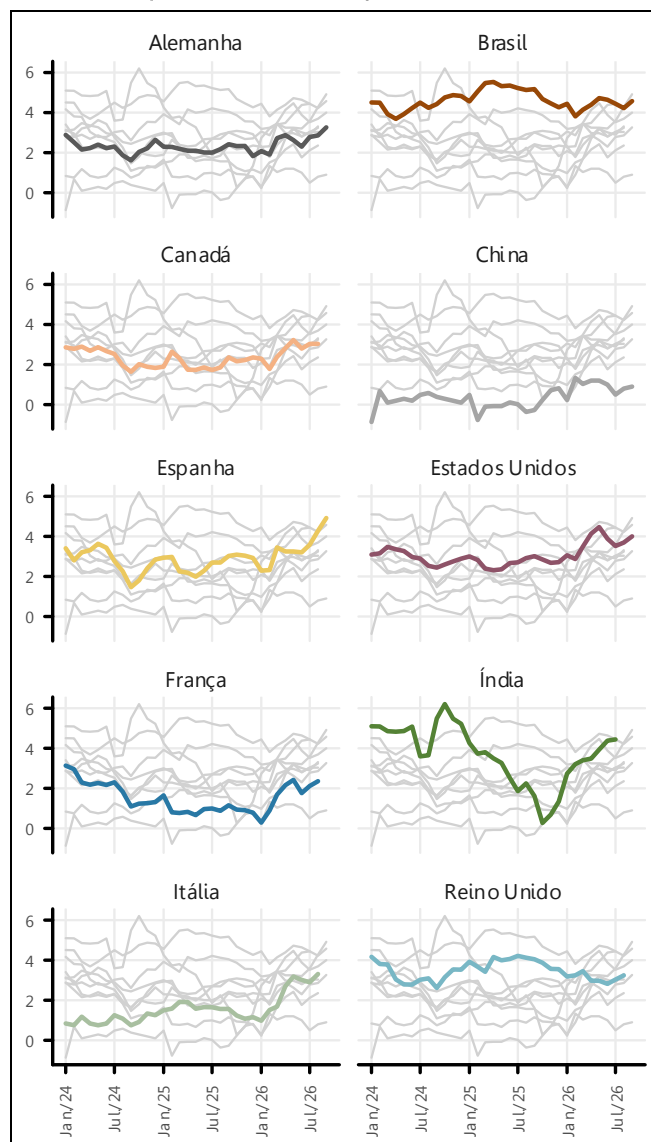
Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2026a).

Nota: Os índices (US\$ nominal) têm como base o ano de 2010.

Como reflexo da permanência dos patamares mais elevados nos preços do petróleo e de outros insumos intermediários, observa-se uma reversão do movimento de desinflação que seguiu o término da pandemia de covid-19. Em 2026, diversos países apresentam aceleração da inflação de preços ao consumidor (**Figura 1.1**). Até o momento, a elevação dos preços tem sido mais notada no grupo de energia e ainda não se tem refletido da mesma forma nos núcleos de inflação. Ressalta-se, ainda, que esse movimento tem sido amortecido por políticas que tentam conter o aumento dos preços e seus reflexos sobre o custo de vida da população (IMF, 2026c). Paralelamente, tem aumentado o número de países que elevaram as taxas básicas de juros nos últimos meses e as projeções são de elevação no Japão, nos EUA e na Área do Euro (OECD, 2026a).

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2026 preveem uma desaceleração no crescimento do PIB mundial para 3,1%, após este alcançar 3,5% em 2025 (**Tabela 1.1**). Nas economias avançadas, diferentemente do previsto em projeções anteriores do órgão neste ano, haveria leve aceleração do crescimento, passando de 2% em 2025 para 2,1% em 2026. Já para as economias emergentes, há previsão de desaceleração, revisada para baixo nesse relatório, passando de 4,5% observados em 2025 para 3,7% em 2026. Além da Rússia, atenta-se para o fato de que a contribuição negativa para o grupo vem de outros países não selecionados, principalmente das regiões do Oriente Médio e da Ásia Central, prejudicados pelo conflito desde o primeiro trimestre do ano.

Figura 1.1 - Inflação de preços ao consumidor (%) em países selecionados — jan./2024-set./2026



Fonte: FMI (IMF, 2026a).

Observa-se um aumento do comércio envolvendo as economias avançadas, em relação tanto aos valores do ano passado quanto às projeções anteriores do FMI. Esse resultado demonstra a importância dos investimentos relacionados à tecnologia, que sustentaram o crescimento do comércio mundial em contraposição às incertezas decorrentes das disputas tarifárias e dos conflitos geopolíticos.

**Tabela 1.1 - Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)
para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de
economias selecionadas e outros indicadores —
2025, 2026 e 2027 e comparação
com projeção de abr./2026**

DISCRIMINAÇÃO	2026				
	2025	2026		2027	
		Out./26	Dife- rença para Abr./26	Out./26	Dife- rença para Abr./26
PIB mundial	3,5	3,1	0,0	3,4	0,2
Economias avançadas	2,0	2,1	0,3	1,8	0,1
Estados Unidos	2,3	2,3	0,0	2,3	0,2
Área do Euro	1,2	1,1	0,0	1,2	0,0
Japão	1,2	0,7	0,0	0,7	0,1
Reino Unido	1,2	1,3	0,5	1,2	-0,1
Canadá	1,9	1,1	-0,4	1,7	-0,2
Economias emergentes	4,5	3,7	-0,2	4,4	0,2
Brasil	2,3	2,2	0,3	1,9	-0,1
China	5,0	4,5	0,1	4,0	0,0
Índia	7,8	7,0	0,5	7,0	0,5
Rússia	1,0	0,9	-0,2	0,9	-0,2
Comércio de bens e serviços	5,0	4,6	1,8	4,7	0,9
Importações					
Economias avançadas	4,7	5,0	2,4	4,2	1,1
Economias emergentes	5,4	4,0	1,3	5,1	0,2
Exportações					
Economias avançadas	3,6	5,1	2,6	3,7	1,0
Economias emergentes	7,1	3,6	0,1	6,6	1,2
Preços de commodities (US\$)					
Energéticas	-14,4	41,3	19,9	-8,7	-1,1
Não energéticas	9,9	17,3	-4,4	2,6	0,7
Preços ao consumidor	4,1	4,7	0,3	4,1	0,4
Economias avançadas	2,5	3,1	0,3	2,7	0,5
Economias emergentes	5,2	5,7	0,2	5,1	0,5

Fonte: FMI (IMF, 2026c).

Os preços das *commodities* energéticas foram fortemente afetados pelo conflito no Oriente Médio, e há previsão de aumento de 41,3% em 2026, com revisão fortemente positiva desde abril de 2026 (19,9 p.p.). Isso indica certa subestimação inicial dos impactos. As *commodities* não energéticas, que também devem passar por elevação nos preços (17,3%), tiveram a projeção revisada para baixo (-4,4 p.p.), efeito decorrente das diversas medidas adotadas pelos países para tentar conter o repasse do aumento dos custos. No entanto, o próprio relatório aponta para a dificuldade crescente de manter essas políticas, conforme avança o tempo sem resolução definitiva do conflito no Oriente Médio (IMF, 2026c). Por fim, observa-se uma aceleração dos preços ao consumidor, tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes.

Ao analisar os relatórios dos principais organismos internacionais, percebe-se que, em comum, todos

atentam para a resiliência do crescimento econômico mundial em 2026, a despeito dos efeitos adversos que o conflito no Oriente Médio impôs aos países (OECD, 2026a; World Bank, 2026b; IMF, 2026b, 2026c). Contribuíram para essa resiliência a utilização de reservas e o deslocamento da produção de petróleo para outros países, além de políticas discricionárias em diversos governos na tentativa de reduzir o impacto sobre os preços ao consumidor. Ademais, a continuidade dos investimentos em tecnologias relacionadas à inteligência artificial cumpriu a função de sustentar o comércio, o investimento e a produção internacional (OECD, 2026a). No entanto, como observado em números anteriores deste boletim, as análises apontam também que os impactos e a capacidade de responder às adversidades são heterogêneos entre os países, de modo que tal assimetria tende a amplificar a desigualdade econômica. Os riscos futuros assentam-se sobre a sustentabilidade desses processos. Quanto maior for a duração do conflito no Oriente Médio, maior será a dificuldade para manter as medidas domésticas que, até o momento, vêm limitando suas consequências ao custo de maior endividamento público. Além disso, os vultosos volumes alocados para investimentos decorrentes do desenvolvimento da inteligência artificial concentram exposição em agentes com alto nível de alavancagem sobre ativos cujos preços, elevados recentemente, podem passar por correção (IMF, 2026b).

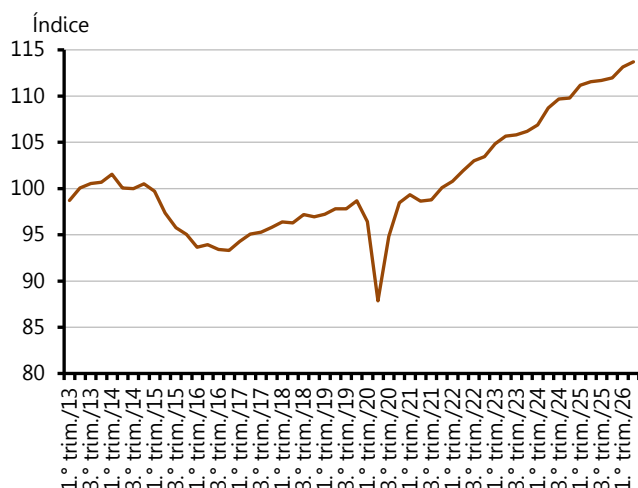
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

No segundo trimestre de 2026, a economia brasileira apresentou crescimento de 0,5% em relação ao primeiro trimestre de 2026, considerando a série com ajuste sazonal. Com isso, observa-se o 20.º trimestre consecutivo de variação positiva no PIB (**Gráfico 2.1**).

Apesar do crescimento, o resultado evidencia uma desaceleração da atividade econômica no segundo trimestre de 2026, em comparação com o primeiro trimestre, quando o PIB registrou alta de 1,1% ante o trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.º trim./2013-2.º trim./2026



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2026g).
Nota: Os índices têm como base a média de 2013 = 100.

Na ótica da oferta, o resultado do segundo trimestre de 2026, na margem, refletiu a expansão da agropecuária (2,8%), dos serviços (0,2%) e da indústria (0,1%) (**Tabela 2.1**).

Na indústria, na comparação na margem, destaca-se a alta de 3,4% nas indústrias extrativas. Em contrapartida, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos apresentou queda de 1,1%, assim como as indústrias de transformação e a construção, com queda de 0,4%.

No setor de serviços, destacaram-se os avanços nas atividades de informação e comunicação (2,1%), transporte, armazenagem e correio (1,1%) e atividades imobiliárias (0,2%). O comércio permaneceu estável, enquanto os segmentos de administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,4%)

e de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,3%) registraram retração.

Tabela 2.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) e de seus componentes, pelas óticas da oferta e da demanda, do Brasil — períodos selecionados

ATIVIDADES	2.º TRIM/2026	
	1.º TRIM/2026 ⁽¹⁾	2.º TRIM/2025
PIB	0,5	2,0
Ótica da oferta		
Impostos	-	2,5
VAB	0,5	1,9
Agropecuária	2,8	6,8
Indústria	0,1	1,5
Serviços	0,2	1,5
Ótica da demanda		
Consumo das famílias	-0,4	0,5
Consumo do governo	0,4	3,1
Formação Bruta de Capital Fixo	1,2	1,4
Exportações	-0,8	3,8
Importações	1,8	5,5

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2026g).
(1) Com ajuste sazonal.

Pelo lado da demanda, na margem, observa-se que as maiores taxas de crescimento foram nas importações (1,8%) e na FBCF (1,2%). Em paralelo, também registrou crescimento o consumo do governo (0,4%). Por outro lado, no segundo trimestre de 2026, na comparação com o primeiro trimestre de 2026, as exportações (-0,8%) e o consumo das famílias (-0,4%) apresentaram queda.

Na comparação interanual, o PIB brasileiro cresceu 2% no segundo trimestre de 2026, registrando uma variação 0,2 p.p. superior à já observada nos últimos três trimestres. Pela ótica da oferta, o resultado foi sustentado principalmente pelo avanço da agropecuária (6,8%), acompanhado das variações positivas também na indústria (1,5%) e nos serviços (1,5%).

Pela ótica da demanda, o maior destaque foi o desempenho das importações, que avançaram 5,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Também houve crescimento das exportações (3,8%), do consumo do governo (3,1%), da FBCF (1,4%) e do consumo das famílias (0,5%).

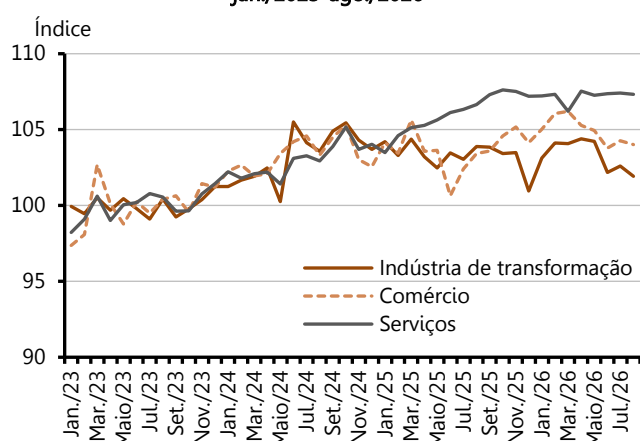
Destaca-se que o consumo das famílias tem sido um dos principais impulsionadores do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos, registrando altas de 3% em 2021, 4,1% em 2022, 3,2% em 2023 e 5,1% em 2024. Entretanto esse componente passou a apresentar sinais de desaceleração em 2025, quando

cresceu 1,3%. Essa tendência também foi observada no primeiro semestre de 2026, com expansão de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, abaixo dos 2% registrados no primeiro semestre de 2025. Esses resultados indicam uma acomodação do consumo das famílias após o ciclo de recuperação econômica que se seguiu ao período mais crítico da pandemia de covid-19, em 2020. Esse movimento contribui para explicar a moderação do crescimento da atividade econômica brasileira em 2026.

No acompanhamento dos indicadores conjunturais mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca-se o comportamento dos serviços, com alta de 0,3% no trimestre móvel finalizado em agosto, ante o período de março a maio de 2026. Em contrapartida, a indústria de transformação (-1,9%) e o comércio (-1,4%) apresentaram queda (**Gráfico 2.2**).

Os serviços apresentaram trajetória de crescimento mais consistente ao longo do período analisado, de janeiro de 2023 a agosto de 2026. Contudo, ao longo de 2026, observa-se tendência de estabilidade. O comércio varejista ampliado registrou maiores oscilações, enquanto a indústria de transformação apresentou crescimento mais limitado, com oscilações nos meses recentes, marcadas por quedas em março, maio, junho e agosto. Assim, observa-se um desempenho mais favorável dos serviços, enquanto a indústria de transformação mostra sinais de perda de dinamismo.

Gráfico 2.2 - Produção da indústria de transformação, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços, com ajuste sazonal, no Brasil — jan./2023-ago./2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2026e).
Nota: Os índices têm como base 2023 = 100.

Os serviços, na comparação entre o trimestre de junho a agosto de 2026 e o mesmo período de 2025,

registraram alta de 1,2%, com destaque para serviços de informação e comunicação (6,1%), serviços prestados às famílias (2,9%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (2,4%). Por outro lado, houve retração em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,6%) e em outros serviços (-1,8%).

Na comparação interanual, o comércio varejista ampliado registrou crescimento de 2,2% no trimestre de junho a agosto de 2026. Dentre os segmentos com desempenho positivo, destacaram-se veículos, motocicletas, partes e peças (5,9%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,2%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (5,1%). Também apresentaram alta atividades de livros, jornais, revistas e papelaria (3,9%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (2,7%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,8%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%) e combustíveis e lubrificantes (0,5%). Em contrapartida, registraram queda as atividades de tecidos, vestuário e calçados (-3,5%), móveis e eletrodomésticos (-1,7%) e material de construção (-1,5%).

A produção da indústria de transformação apresentou queda de 0,7% no trimestre móvel encerrado em agosto de 2026, na comparação com o mesmo período de 2025. As principais contribuições negativas vieram da fabricação de produtos químicos, de máquinas e equipamentos, de produtos alimentícios e de produtos farmoquímicos e farmacêuticos. As quedas foram parcialmente contrabalanceadas pelas altas de outras atividades, dentre as quais se destacaram as contribuições positivas da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e da metalurgia.

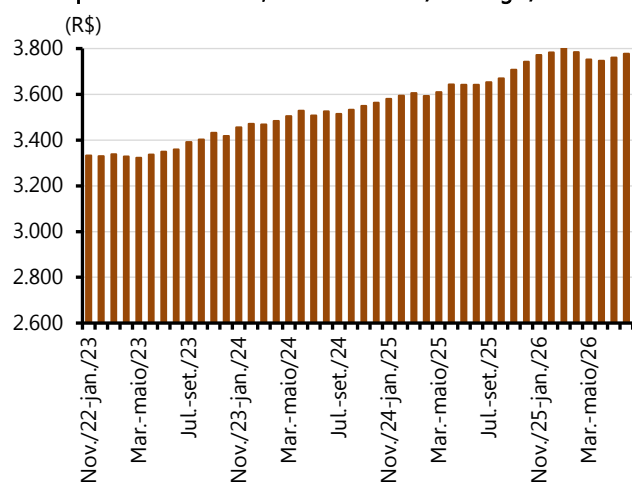
Em síntese, os indicadores apontam para a continuidade do crescimento da economia brasileira em 2026, embora em ritmo mais moderado e com desempenhos distintos entre os setores. Enquanto os serviços mantêm resultados relativamente mais favoráveis, a indústria de transformação apresenta sinais de perda de dinamismo, acompanhados por oscilações no comércio. Pelo lado da demanda, a desaceleração do consumo das famílias também evidencia um menor impulso à atividade econômica, configurando um cenário de crescimento moderado e heterogêneo.

2.2 MERCADO DE TRABALHO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o número de ocupados no Brasil, no trimestre móvel encerrado em agosto de 2026, foi de 103,477 milhões de pessoas, o que representou alta de 0,8% em relação ao trimestre móvel anterior (mar.-maio/2026) e de 1% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesse trimestre móvel, a taxa de desocupação foi de 5,3%, com redução de 0,3 p.p. tanto em relação ao trimestre anterior quanto na comparação interanual.

O rendimento médio real mensal habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas alcançou R\$ 3.777 no trimestre de junho a agosto de 2026, registrando estabilidade na margem e crescimento de 3,7% na comparação interanual (**Gráfico 2.3**). Já a massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos totalizou R\$ 385,566 bilhões, com crescimento de 1,4% em relação ao trimestre anterior e de 4,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A taxa de participação na força de trabalho alcançou 62,2%, apresentando estabilidade na comparação interanual e aumento de 0,2 p.p. em relação ao trimestre móvel anterior.

Gráfico 2.3 - Valor absoluto do rendimento habitual médio, por trimestre móvel, no Brasil — nov./2022-ago./2026



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2026f).

No mercado formal, os dados ajustados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) indicam a geração líquida de 358.701 postos de trabalho entre junho e agosto de 2026, resultado dos saldos positivos registrados em junho (136.959), julho (55.915) e agosto (165.827) (Brasil, 2026b).

O desempenho em horizonte mais longo permanece positivo: nos 12 meses encerrados em agosto de 2026, o país gerou 887.708 empregos formais, com destaque para os setores de serviços (668.495) e, em menor medida, comércio (98.406), construção (91.410) e indústria geral (40.000). Em direção oposta, a atividade de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registrou saldo negativo (-10.663) (Brasil, 2026b).

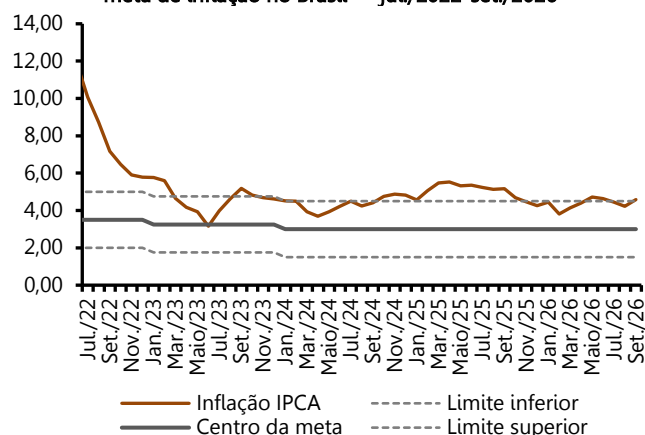
A redução da taxa de desocupação, acompanhada pelo crescimento da ocupação e da massa de rendimentos, indica a manutenção do dinamismo do mercado de trabalho brasileiro, apesar dos efeitos da política monetária contracionista. Por outro lado, a estabilidade do rendimento médio real na margem e a relativa estabilidade da taxa de participação na força de trabalho sugerem sinais de moderação, embora ainda não configurem uma inflexão clara no mercado de trabalho. Além disso, a taxa de participação permanece, em uma perspectiva mais ampla, abaixo do nível observado antes da pandemia.

Assim, observa-se que o mercado de trabalho brasileiro manteve uma trajetória favorável em 2026, caracterizada pela redução da desocupação, pelo crescimento da população ocupada e pela expansão da massa de rendimentos. A geração líquida de empregos formais também permaneceu positiva, com destaque para o setor de serviços. Entretanto, a estabilidade do rendimento médio real na margem e da taxa de participação na força de trabalho sugere um cenário de moderação, embora os indicadores ainda apontem para a manutenção de condições relativamente favoráveis no mercado de trabalho.

2.3 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS

A taxa de inflação acumulada em 12 meses até setembro de 2026, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,58% (**Gráfico 2.4**). Depois de dois meses dentro do intervalo de tolerância, de 1,5% a 4,5% em relação à meta de 3% ao ano, a inflação em 12 meses voltou a superar o limite superior. Os nove grupos que compõem o índice apresentaram variação acumulada positiva até setembro de 2026. Quatro deles registraram variações superiores ao teto de 4,5% ao ano: despesas pessoais (5,9%), saúde e cuidados pessoais (5,75%), educação (4,95%) e alimentação e bebidas (4,66%). Os outros cinco grupos tiveram variações positivas, porém inferiores a esse limite: habitação (4,22%), transportes (3,94%), vestuário (3,34%), comunicação (2,79%) e artigos de residência (2,08%).

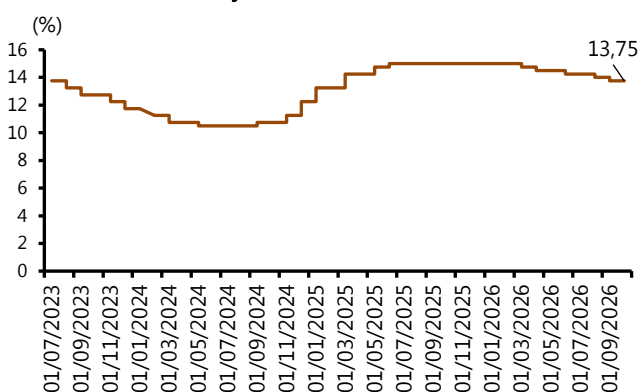
Gráfico 2.4 - Variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e meta de inflação no Brasil — jul./2022-set./2026



Fonte dos dados brutos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a).
Banco Central do Brasil (BCB, 2026b).

Em reunião realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu, pela quinta vez consecutiva, reduzir a meta Selic em 0,25 p.p. Com esse novo corte, a meta Selic passou para 13,75% ao ano (**Gráfico 2.5**). Apesar de mais uma redução, a política monetária permanece em campo restritivo: dada uma projeção de inflação de 5,2% para o ano de 2026 (Ata da 281.^a Reunião do Copom), o juro real *ex-ante* é de cerca de 8,6% ao ano, acima, portanto, da taxa de juros real neutra de 5% (BCB, 2026a).

Gráfico 2.5 - Meta da taxa Selic ao ano no Brasil — jul./2023-out./2026



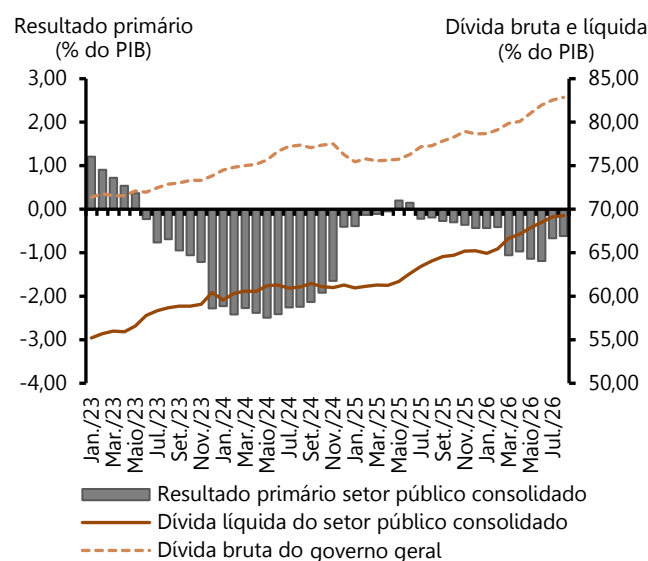
Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2026b).

A decisão do Copom, publicada na Ata da 281.^a Reunião, de perseverar na política monetária contracionista, considerou os seguintes cenários. O cenário externo segue altamente incerto, reflexo, principalmente, da indefinição sobre os conflitos armados no Oriente Médio e da incerteza sobre os rumos da política monetária em algumas economias avançadas.

Quanto ao cenário doméstico, a atividade manteve trajetória de crescimento moderado, com o hiato do produto positivo; o mercado de trabalho vem mostrando-se resiliente, com a taxa de desocupação mantendo-se em níveis historicamente baixos; os rendimentos reais médios continuam crescendo e permanecendo em patamares acima do crescimento da produtividade do trabalho; o saldo total de crédito do sistema financeiro vem desacelerando-se desde meados de 2025, porém com redução do ritmo na margem; e a política fiscal continua gerando impactos de curto prazo, seja por meio de estímulo à demanda agregada, seja via percepção sobre a sustentabilidade da dívida pública, o que tem efeito sobre os prêmios de risco. As expectativas de inflação dos agentes econômicos permanecem acima da meta de inflação e desancoradas em todos os horizontes considerados. E, por último, os riscos para a inflação continuam elevados e com assimetria altista.

No campo da política fiscal, o resultado primário do setor público consolidado, no acumulado em 12 meses até agosto de 2026, apresentou déficit de 0,62% do PIB (ou R\$ 82,1 bilhões), uma redução de 0,05 p.p. na comparação com o déficit de 0,67% do PIB (ou R\$ 89,3 bilhões) nos 12 meses acumulados até julho (**Gráfico 2.6**). Em termos desagregados por esferas de governo, ainda no acumulado em 12 meses até agosto, o déficit primário do governo central totalizou R\$ 71,2 bilhões; os governos regionais tiveram déficit de R\$ 5,3 bilhões; e as empresas estatais registraram déficit de R\$ 5,6 bilhões.

Gráfico 2.6 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./2023-ago./2026



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026e).

Conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do quarto bimestre de 2026 (Brasil, 2026d), a meta de resultado primário para o governo central é de um déficit de R\$ 22,9 bilhões para o ano de 2026 (previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026). Após reavaliações de gastos e receitas, o déficit primário estimado para o ano de 2026 subiu para R\$ 80,9 bilhões. Contudo, ao se considerar as deduções legais nas despesas primárias, no montante de R\$ 67,3 bilhões, projeta-se um déficit primário de R\$ 13,6 bilhões.

Cabe destacar os impactos fiscais das subvenções aos combustíveis e ao gás de cozinha, bem como a isenção de impostos federais sobre a importação e a comercialização de gasolina e etanol. Desde abril, foram tomadas diversas medidas, todas temporárias, no sentido de evitar o impacto inflacionário, projetando-se a soma de R\$ 40 bilhões até o final de 2026, a ser compensada com a instituição do Imposto de Exportação sobre o petróleo. No Relatório de Acompanhamento Fiscal, de 16 de abril de 2026, da Instituição Fiscal Independente (IFI) (2026), projetava-se impacto primário líquido positivo, isto é, as medidas compensatórias superariam as despesas primárias adicionais.

No acumulado de janeiro a agosto, o governo central registrou um déficit primário de R\$ 94,8 bilhões, o que representa uma variação nominal de R\$ 8,9 bilhões em relação ao déficit de R\$ 85,8 bilhões no mesmo período de 2025 (Tabela 2.2). Destaca-se o superávit primário de R\$ 182,8 bilhões do Tesouro Nacional, que teve um aumento de R\$ 2,9 bilhões quando se comparam os dois períodos.

Tabela 2.2 - Valores e variação da receita, das transferências, da despesa e dos resultados do governo central do Brasil — 2025 e 2026

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (jan.-ago.) (R\$ milhões)		VARIAÇÃO (2026/2025)	
	2025	2026	Absoluta	Relativa (%)
A - Receita total	1.887.248	2.081.628	194.380	10,3
B - Transferências	373.343	411.893	38.550	10,3
C - Receita líquida (A - B)	1.513.906	1.669.735	155.829	10,3
D - Despesa total	1.599.793	1.764.605	164.811	10,3
E - Resultado primário (C - D) ...	-85.888	-94.870	-8.982	10,5
Resultado do Tesouro Nacional	179.906	182.834	2.928	1,6
Resultado do Banco Central	-435	-684	-249	57,2
Resultado da Previdência Social	-265.359	-277.020	-11.661	4,4

Fonte dos dados brutos: Resultado do Tesouro Nacional (ago./2026) (Brasil, 2026c).

Note-se que a receita líquida teve um acréscimo de R\$ 155,8 bilhões, enquanto a despesa total cresceu R\$ 164,8 bilhões, comparando-se os acumulados de janeiro a agosto. Do lado da receita do governo central, na mesma base de comparação, destacam-se os aumentos nominais de R\$ 44,8 bilhões com a arrecadação do Imposto sobre a Renda e de R\$ 24,9 bilhões na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Do lado da despesa do governo central, comparando-se os acumulados de janeiro a agosto, destacam-se os aumentos nominais de R\$ 59,8 bilhões em benefícios previdenciários, de R\$ 26,0 bilhões com pessoal e encargos sociais e de R\$ 30,9 bilhões em outras despesas obrigatórias.

A dívida bruta do governo geral (no conceito do Banco Central) chegou a 82,9% do PIB em agosto, um aumento de 0,3 p.p. na comparação com julho (Gráfico 2.6). O percentual alcançado em agosto é o maior desde maio de 2021, quando chegou ao patamar de 81,4% do PIB. Por sua vez, a dívida líquida do setor público atingiu 69,3% do PIB em agosto de 2026, alta de 0,13 p.p. em relação ao estoque de julho. Esse é o maior patamar da série histórica iniciada em dezembro de 2001. Portanto, em qualquer das definições de dívida pública, o estoque da dívida tem crescido ao longo do período em análise, por conta, basicamente, dos prêmios de risco elevados e da trajetória de déficit primário.

2.4 EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

O **Focus, Relatório de Mercado**, de 16 de outubro de 2026, apresenta as expectativas dos agentes do mercado financeiro (BCB, 2026c). Em relação à taxa de inflação (IPCA) para 2026, a previsão subiu 0,3 p.p., de 4,92% para 5,22% a.a., nas últimas quatro semanas. Para 2027, houve elevação de 0,02 p.p., de 4,30% para 4,32%. A previsão de crescimento do PIB, para 2026, teve queda de 0,05 p.p., de 1,88% para 1,83%. Para 2027, a redução foi de 0,11 p.p., de 1,43% para 1,32%.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em sua **Carta de Conjuntura** de 15 de outubro de 2026 (Santos; Amitrano; Mora y Araujo, 2026), revisou suas projeções para 2026: a taxa de crescimento do PIB diminuiu 0,3 p.p., de 2,3% para 2%; e a inflação, medida pelo IPCA, caiu 0,3 p.p., de 5,3% para 5,0%.

O **Relatório de Política Monetária**, de setembro de 2026 (BCB, 2026d), também revisou suas projeções: a inflação, medida pelo IPCA, subiu de 4,4% para 5,2% ao final de 2026; e o crescimento do PIB para 2026 caiu de 2% para 1,8%.

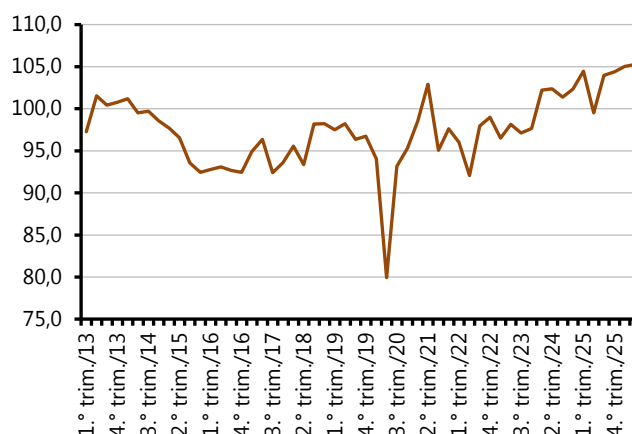
As previsões de inflação apontam para um patamar acima do limite superior de 4,5% no ano de 2026. Quanto ao crescimento do PIB em 2026, projeta-se uma variação positiva entre 1,8% e 2%.

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Esse foi o quarto avanço consecutivo nessa base de comparação, após a forte queda registrada no segundo trimestre de 2025, decorrente dos efeitos da estiagem sobre a produção de soja. Com o resultado positivo, o volume do PIB trimestral gaúcho atingiu um novo recorde na série histórica iniciada em 2002 (**Gráfico 3.1**). Em uma perspectiva de mais longo prazo, o PIB estadual ficou 8,8% acima do nível registrado no quarto trimestre de 2019, período anterior à pandemia, e 3,7% superior ao observado no segundo trimestre de 2013, anterior à crise econômica de 2014-2016.

Gráfico 3.1 - Índice de volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul — 1.º trim./2013-2.º trim./2026



Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026d).

Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.

2. Série com ajuste sazonal.

Em termos setoriais, a agropecuária destacou-se, com crescimento de 6,6%. O resultado refletiu a recuperação da atividade agrícola no segundo trimestre, favorecida pelas boas safras de soja e milho, após um primeiro trimestre marcado principalmente pela redução da produção de arroz (**Tabela 3.1**). A indústria e os serviços apresentaram avanços mais modestos, de 0,2% e 0,4% respectivamente. Na indústria, o crescimento foi sustentado exclusivamente pela indústria de transformação, que avançou 2,1%. As demais atividades registraram queda: indústria extrativa (-0,5%), eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-15,9%) e construção (-0,3%). Nos serviços, os principais destaques posi-

tivos foram o comércio, com alta de 1,9%, e as atividades imobiliárias, com crescimento de 0,9%. Também houve avanços nos serviços de informação (0,6%) e na administração, educação e saúde públicas (0,3%). Outros serviços permaneceram estáveis (0%). Em contrapartida, as atividades transporte, armazenagem e correio (-1,2%) e intermediação financeira e seguros (-1%) recuaram em relação ao trimestre anterior.

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividade, do Rio Grande do Sul — períodos selecionados

ATIVIDADES	2° TRIM/2026		
	1° TRIM/2026 ⁽¹⁾	2° TRIM/2026	1° SEM/2026
	1° TRIM/2025	2° TRIM/2025	1° SEM/2025
PIB	0,2	5,7	3,3
Impostos	-	2,9	2,0
VAB	0,2	6,0	3,4
Agropecuária	6,6	37,4	19,7
Indústria	0,2	1,8	2,0
Serviços	0,4	1,1	1,1

Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026d).

(1) Com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a economia gaúcha cresceu 5,7%. O principal destaque foi novamente a agropecuária, com expansão de 37,4%, impulsionada pelo aumento das produções de milho e, principalmente, de soja, cuja colheita se concentra no segundo trimestre (**Tabela 3.2**). A indústria apresentou crescimento de 1,8%, resultado determinado pela expansão de 3,2% da indústria de transformação, que registrou a sétima alta consecutiva nessa base de comparação. Uma sequência tão longa de resultados positivos não era observada desde 2008. As demais atividades industriais apresentaram retração: indústria extrativa (-3,8%), eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-7%) e construção (-0,4%). Os serviços cresceram 1,1%, com resultados positivos em todas as atividades. Os maiores avanços ocorreram nas atividades imobiliárias (2,5%), nos serviços de informação (1,9%), na administração, educação e saúde públicas (1,3%) e no comércio (1,3%). O resultado do comércio merece destaque por representar uma recuperação após três trimestres consecutivos de queda. Também houve crescimento nos segmentos de transporte, armazenagem e correio (0,9%), outros serviços (0,5%) e intermediação financeira e seguros (0,2%).

No acumulado do primeiro semestre, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 3,3%, com expansão nos três setores da economia. A agropecuária avançou 19,7%, impulsionada principalmente pelas safras de milho e soja. A indústria registrou crescimento de 2%, com destaque

para a indústria de transformação (2,4%) e para a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,7%). Os serviços cresceram 1,1%, com resultados positivos em seis das sete atividades que compõem o setor. A única exceção foi o comércio, que apresentou queda de 0,6%.

Tabela 3.2 - Quantidade produzida e variação dos principais produtos agrícolas do primeiro semestre no Rio Grande do Sul — 2025-26

PRODUTOS	QUANTIDADE (t)		VARIAÇÃO %
	2025	2026 (1)	2026/2025
Arroz	8.760.106	7.898.307	-9,8
Fumo	351.570	351.516	0,0
Milho	5.294.223	6.448.811	21,8
Soja	13.647.103	18.338.875	34,4
Trigo	3.458.083	2.409.939	-30,3

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2026b).

(1) Estimativa.

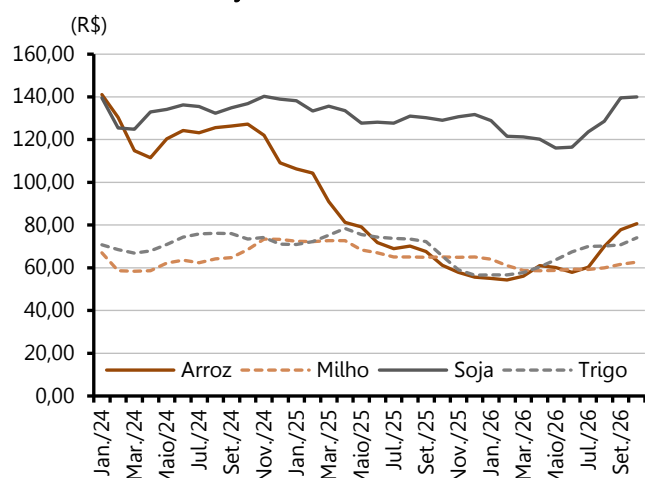
Embora o Valor Adicionado da agropecuária tenha crescido de forma expressiva no primeiro semestre, o desempenho das principais culturas de verão foi distinto. A produção de milho alcançou quase 6,5 milhões de toneladas, estabelecendo um recorde histórico no estado. Já a produção de soja, inicialmente estimada em mais de 21 milhões de toneladas em janeiro, foi revisada para 18,3 milhões de toneladas, em razão de problemas climáticos. Apesar da redução em relação à expectativa inicial, o volume colhido representou um crescimento de 34,4% em relação à safra de 2025, prejudicada por uma estiagem mais severa. Os resultados do milho e da soja mais do que compensaram a queda na produção de arroz e a estabilidade da produção de fumo.

Na safra de inverno, a produção do principal produto, o trigo, deve recuar 30,3%, refletindo diretamente a redução de 33,9% da área plantada. A diminuição de quase 400 mil hectares foi motivada, sobretudo, pela baixa rentabilidade, pelos altos custos de produção, pelo endividamento dos produtores e pelos riscos climáticos associados ao fenômeno El Niño. Em contrapartida, houve forte expansão do cultivo de canola, cuja área plantada aumentou em mais de 170 mil hectares. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS) (2026), esse aumento representa um crescimento superior a 100% em relação ao ano anterior. De acordo com o IBGE (2026b),

a produção gaúcha deverá responder por mais de 98% da produção nacional da oleaginosa em 2026¹.

Os preços pagos aos produtores gaúchos pelos principais grãos apresentaram recuperação nos últimos meses, acompanhando, de certa forma, o aumento dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional (**Gráfico 3.2**). Na média do período de agosto a outubro, em comparação com os três meses anteriores, os preços reais do arroz aumentaram 28,1%, os da soja, 14,6%, os do trigo, 6,9%, e os do milho, 3,8%.

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais ao produtor do arroz, do milho, da soja e do trigo no Rio Grande do Sul — jan./2019-out./2026



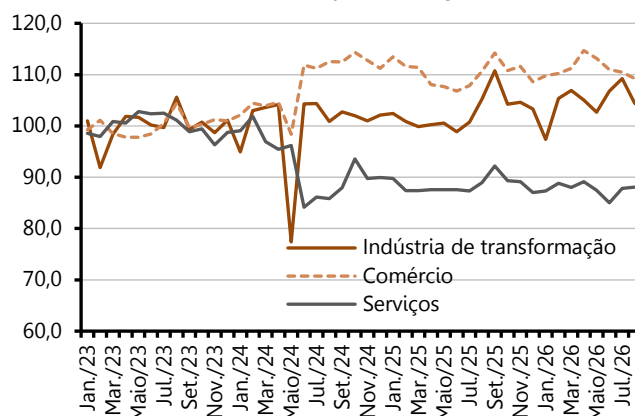
Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS, 2026).

Nota: 1. Valores constantes a preços de set./2026, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
2. Arroz em saca de 50 kg; milho, soja e trigo em sacas de 60 kg.

Os indicadores conjunturais do Rio Grande do Sul disponíveis até agosto de 2026 mostram comportamentos distintos entre os setores. No trimestre móvel encerrado em agosto, em comparação com os três meses anteriores, a indústria de transformação apresentou crescimento, enquanto o comércio varejista ampliado e os serviços registraram recuo. Os dados consideram as séries com ajuste sazonal (**Gráfico 3.3**).

A produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul cresceu 1,8% no trimestre encerrado em agosto, em comparação com os três meses imediatamente anteriores. O resultado foi impulsionado pelas altas verificadas em junho e julho. O recuo de agosto não impediu o aumento da média do período.

Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação, do volume de vendas do comércio varejista ampliado e do volume dos serviços do Rio Grande do Sul — jan./2023-ago./2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).

Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).

Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).

Nota: 1. Os índices têm como base 2023 = 100.

2. Série com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo período de 2025, a produção industrial avançou 5,8% entre junho e agosto. O desempenho foi sustentado, principalmente, pelo crescimento das atividades de produtos alimentícios (7,6%), derivados de petróleo e biocombustíveis (16,6%), produtos de metal (30,2%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (19,4%). Em contrapartida, os principais recuos foram registrados nos segmentos de produtos químicos (-12,8%) e couros e calçados (-5,6%). No acumulado do ano até agosto, a indústria de transformação do estado expandiu 3,7%, desempenho significativamente superior ao da indústria brasileira, que registrou recuo de 0,1% no mesmo período. O desempenho da indústria de transformação gaúcha, em 2026, representa um significativo avanço quando comparado com os desempenhos anteriores. Sempre no acumulado até agosto, a atividade apresentou queda de 5% em 2023, recuo de 0,5% em 2024 e crescimento de 1,3% em 2025.

As vendas do comércio varejista ampliado no Rio Grande do Sul recuaram 2,4% no trimestre encerrado em agosto, em comparação com os três meses imediatamente anteriores. O resultado ocorre na esteira de quatro recuos consecutivos, iniciados em maio.

Na comparação com o mesmo período de 2025, entretanto, as vendas avançaram 2,2% no trimestre encerrado em agosto. O crescimento foi impulsionado,

¹ Em razão do aumento significativo da área plantada de canola no estado, o IBGE passou a acompanhar a safra da oleaginosa a partir

de 2026, por meio do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

principalmente, pelo atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,8%), por outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,6%) e por hipermercados e supermercados (1,2%). No acumulado do ano até agosto, as vendas do comércio varejista ampliaram-se 1,5% no estado, resultado ligeiramente inferior ao registrado no Brasil (1,7%) no mesmo período.

O setor de serviços recuou 1,4% no trimestre encerrado em agosto, em comparação com os três meses imediatamente anteriores. Após duas quedas consecutivas, em maio e junho, a atividade apresentou leve recuperação em julho e agosto. Esse movimento, contudo, não foi suficiente para reverter o resultado negativo na comparação entre os trimestres móveis.

Na comparação com o mesmo período de 2025, o setor de serviços também registrou queda, de 1,2%. O resultado foi determinado pelo recuo de 6,9% na atividade de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. As demais atividades apresentaram crescimento nessa base de comparação: serviços prestados às famílias (1,1%), serviços de informação e comunicação (2%), serviços profissionais, administrativos e complementares (2,5%) e outros serviços (2,3%). No acumulado do ano até agosto, o setor de serviços registrou queda de 0,3% no Rio Grande do Sul, em contraste com o crescimento de 1,7% observado no Brasil. Em sentido oposto, as atividades turísticas gaúchas — recorte específico da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e) — cresceram 1,3% nos oito primeiros meses de 2026, enquanto, no país, houve recuo de 0,8%.

3.2 SETOR EXTERNO

O valor das exportações do Rio Grande do Sul cresceu 10,2% no terceiro trimestre de 2026, em comparação com igual período do ano anterior. Essa foi a segunda alta trimestral consecutiva, após a queda registrada no primeiro trimestre. No acumulado de janeiro a setembro, as exportações totalizaram US\$ 16,543 bilhões, valor US\$ 1,092 bilhão superior ao registrado no mesmo período de 2025, o que corresponde a um aumento de 7,1% (Tabela 3.3).

O crescimento das exportações gaúchas no acumulado do ano foi impulsionado tanto pela agropecuária quanto pela indústria. Na agropecuária, o valor exportado aumentou US\$ 665,7 milhões em relação ao mesmo período de 2025, uma alta de 20%. Na indús-

tria, o crescimento foi de US\$ 426,2 milhões, equivalente a 3,5%. Na agropecuária, a soja foi o produto que mais contribuiu para a expansão, com aumento de US\$ 836,2 milhões no valor exportado, em relação ao acumulado de janeiro a setembro de 2025. Esse resultado foi favorecido pelo aumento da produção da oleaginosa no estado em 2026. Na indústria, os maiores avanços ocorreram nas exportações de produtos alimentícios, com acréscimo de US\$ 881,5 milhões, e de derivados de petróleo e biocombustíveis, com alta de US\$ 89,4 milhões. Em contrapartida, as principais quedas foram registradas nas vendas externas de produtos do tabaco (menos US\$ 497,2 milhões), couros e calçados (menos US\$ 80,7 milhões) e veículos automotores, reboques e carrocerias (menos US\$ 66,3 milhões).

Tabela 3.3 - Valor e variações das exportações, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 2025-26

ATIVIDADES	VALOR (US\$ milhão)		Δ%
	Jan.- Set./2025	Jan.- Set./2026	
Produtos alimentícios	3.605,8	4.487,3	24,4
Produtos agropecuários	3.333,1	3.998,8	20,0
Produtos de tabaco	2.043,3	1.546,1	-24,3
Produtos químicos	1.001,1	1.053,6	5,2
Máquinas e equipamentos	844,6	870,9	3,1
Veículos automotores, carrocerias e reboques	932,5	866,2	-7,1
Produtos de papel e celulose	710,5	730,7	2,8
Couros e calçados	690,9	610,2	-11,7
Produtos de metal	464,6	438,3	-5,7
Derivados de petróleo e biocombustíveis	345,4	434,7	25,9
Outros produtos	1.479,0	1.505,9	1,7
Valor total	15.450,8	16.542,7	7,1

Fonte: Comex Stat (Brasil, 2026a).

Quando aos destinos, no acumulado de janeiro a setembro de 2026, a China permaneceu como o principal mercado das exportações gaúchas, respondendo por 20,7% do valor total exportado. Na sequência, destacaram-se a União Europeia (13,4%), os Estados Unidos (7,1%) e a Argentina (6,1%). Em comparação com igual período de 2025, houve aumento dos valores exportados para a China (mais US\$ 171 milhões) e a União Europeia (mais US\$ 246,1 milhões), enquanto as vendas para os Estados Unidos (menos US\$ 192,8 milhões) e a Argentina (menos US\$ 108,2 milhões) recuaram. Entre os demais destinos, destacaram-se os aumentos das exportações para a Índia (mais US\$ 303,8 milhões), o Egito (mais US\$ 119,8 milhões) e a Turquia (mais US\$ 105 milhões).

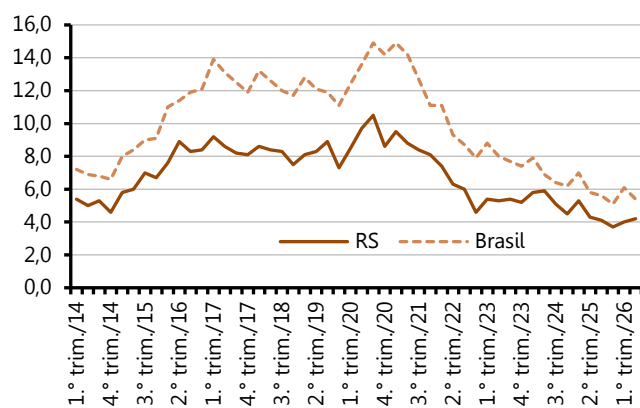
Dados mais detalhados sobre o desempenho das exportações do estado no primeiro semestre do ano

podem ser acessados no *site* do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE-SPGG) (Rio Grande do Sul, 2026c).

3.3 MERCADO DE TRABALHO

Em relação ao trimestre imediatamente anterior, os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul — taxa de desocupação, número de pessoas ocupadas, rendimento médio e massa de rendimentos — permaneceram estáveis no segundo trimestre de 2026, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2026f). Na comparação com o mesmo trimestre de 2025, dois desses indicadores também apresentaram estabilidade. Ainda assim, a taxa de desocupação, de 4,2%, foi a menor já registrada para um segundo trimestre desde o início da série histórica, em 2012 (**Gráfico 3.4**), enquanto o número de pessoas ocupadas também atingiu o maior nível da série para o período, totalizando 5,902 milhões na média de abril a junho de 2026.

Gráfico 3.4 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2014-2.º trim./2026



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2026f).

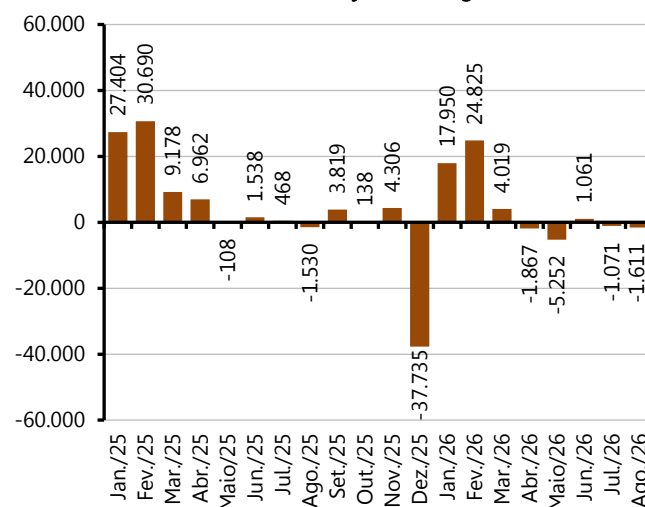
Na comparação interanual, o rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas e a massa de rendimentos mensal real apresentaram crescimento. O rendimento médio alcançou R\$ 4.169, valor 5,2% superior ao registrado no segundo trimestre de 2025. Impulsionada principalmente por esse aumento, a massa de rendimentos chegou a R\$ 24,2 bilhões, com alta de 6,2% no mesmo período.

No mercado de trabalho formal, os dados do Novo Caged (Brasil, 2026b) apontaram saldo negativo de 1.621 postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto de 2026. O período iniciou com o registro de

um saldo positivo de 1.061 empregos em junho, mais do que compensado, porém, pelos saldos negativos de 1.071 vagas em julho e de 1.611 em agosto (**Gráfico 3.5**).

Na análise setorial do trimestre móvel, apenas os serviços apresentaram criação de novos empregos (4.630), enquanto os setores da agropecuária (-1.369), da indústria (-2.705), da construção (-97) e do comércio (-2.080) registraram perdas de vagas. No acumulado de 12 meses até agosto, o Rio Grande do Sul criou 8.582 empregos formais. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor de serviços, com saldo de 18.024 vagas, seguido pela agropecuária, com 841, e pela construção, com 168. Por outro lado, a indústria (-6.500 vagas) e o comércio (-3.951) encerraram o período com saldos negativos. Em relação ao estoque de empregos formais de agosto de 2025, o saldo positivo dos últimos 12 meses significou um avanço relativo de 0,3%.

Gráfico 3.5 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2025-ago./2026



Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

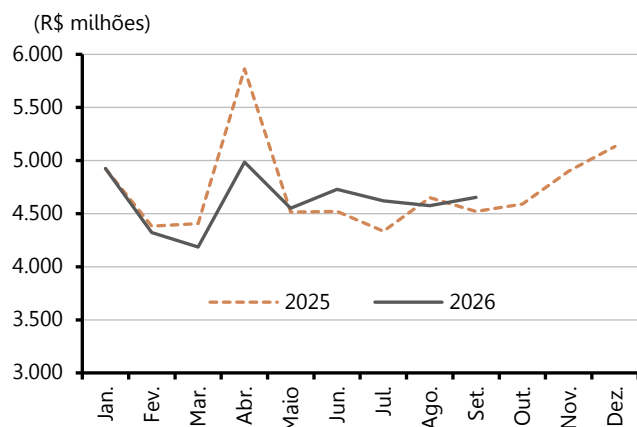
O **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** (set./2026) apresenta uma análise mais aprofundada sobre o mercado de trabalho do estado, formal e informal (Boletim de Trabalho [...], 2026).

3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS

No acumulado de janeiro a setembro de 2026, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul totalizou R\$ 41,545 bilhões, a preços de setembro de 2026. Esse valor foi R\$ 570,4 milhões inferior ao arrecadado no

mesmo período de 2025, o que corresponde a uma queda de 1,4% (**Gráfico 3.6**).

Gráfico 3.6 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2025-26



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/Dados Abertos (Rio Grande do Sul, 2026a).

Nota: Valores constantes a preços de set./2026, corrigidos pelo IPCA.

Na desagregação por atividade econômica, houve aumento da arrecadação proveniente de outras indústrias (21,1%), dos serviços de informação e comunicação (7,5%), de outros serviços (5,2%) e do comércio (0,2%). Em conjunto, essas atividades contribuíram com R\$ 839,4 milhões adicionais para a arrecadação no período. Em contrapartida, houve redução nas receitas provenientes da agropecuária (-18,2%) e da indústria de transformação (-5,4%). Consideradas também as atividades não classificadas, as quedas somaram R\$ 1.409,8 milhões, mais do que compensando os aumentos registrados nos demais segmentos e resultando na redução líquida de R\$ 570,4 milhões na arrecadação do ICMS.

A queda real da arrecadação do ICMS no acumulado do ano foi determinada pelos resultados negativos dos dois primeiros trimestres de 2026, quando as receitas recuaram 2,1% e 4,2% respectivamente. No terceiro trimestre, porém, houve recuperação, com crescimento real de 2,5%. Como mostra o Gráfico 3.6, a maior diferença mensal em relação a 2025 ocorreu em abril de 2026, quando a arrecadação foi 15% menor, em termos reais, do que a registrada no mesmo mês do ano anterior. Esses resultados estão relacionados aos programas de regularização de débitos de ICMS com redução de multas e juros, implementados pelo estado: Refaz Reconstrução I e II, em 2025, e Refaz Frigoríficos e Acordo Gaúcho, em 2026. Segundo a Secretaria da Fazenda do RS (Rio Grande do Sul, 2026b), os ingressos

extraordinários decorrentes desses programas, cuja maior parte foi arrecadada ao longo de 2025, influenciaram a comparação entre os dois anos. Desconsiderando esses valores, a variação real da arrecadação de ICMS de janeiro a agosto de 2026 passaria de -1,9% para 0,6% em relação ao mesmo período de 2025.

3.5 PERSPECTIVAS

Em relação ao boletim anterior, o cenário da economia gaúcha pouco se alterou, permanecendo marcado por desafios relevantes. No cenário externo, as questões geopolíticas e geoeconômicas continuam gerando elevada incerteza, com reflexos sobre a oferta e os preços do petróleo e de seus derivados. Esse contexto exerce pressão sobre a inflação e influencia a condução das políticas macroeconômicas nacionais.

No cenário doméstico, os resultados do PIB brasileiro do segundo trimestre confirmaram a perda de dinamismo da demanda interna, evidenciada pela retração do consumo das famílias e do comércio. Esse movimento também se refletiu na economia gaúcha, como mostram os indicadores conjunturais, que registraram quedas nas vendas do comércio e no volume de serviços. Em contrapartida, a indústria de transformação gaúcha manteve um desempenho positivo, com crescimento tanto nos dados do PIB do segundo trimestre quanto nos indicadores conjunturais até agosto, em contraste com os resultados negativos observados no país.

Além desses fatores, os possíveis efeitos do fenômeno El Niño sobre a agropecuária representam um risco adicional para a economia gaúcha, tanto para a colheita da safra de inverno quanto para o plantio da nova safra de verão.

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — abr./2026-set./2026

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	ABR/26	MAI/26	JUN/26	JUL/26	AGO/26	SET/26
Indústria de transformação						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-1,7	-2,2	4,0	2,3	-4,5	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	5,1	-1,0	10,8	8,0	-0,8	-
Acumulado em 12 meses	3,9	1,8	3,1	4,0	3,8	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,3	-0,2	-2,0	0,4	-0,7	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,3	-0,4	1,0	-1,0	-1,8	-
Acumulado em 12 meses	-0,5	-0,7	-0,5	-0,5	-0,5	-
Comércio varejista ampliado						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	3,2	-1,4	-1,9	-0,5	-1,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	5,4	3,2	6,5	2,2	-1,7	-
Acumulado em 12 meses	-0,4	-0,9	0,0	0,5	0,7	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-0,9	-0,3	-1,1	0,5	-0,2	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,5	-0,4	4,9	1,9	0,1	-
Acumulado em 12 meses	0,3	0,1	0,8	1,2	1,4	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,3	-1,9	-2,7	3,3	0,3	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,5	-1,0	-2,3	0,4	-1,6	-
Acumulado em 12 meses	-0,2	0,5	0,0	-0,1	-0,5	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,2	-0,3	0,1	0,0	-0,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,2	0,7	2,2	0,9	0,6	-
Acumulado em 12 meses	2,9	2,7	2,6	2,4	2,2	-
Preços						
IPCA-Região Metropolitana de Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,67	0,57	0,36	0,04	-0,27	0,96
Acumulado em 12 meses	4,00	4,47	4,80	4,41	4,54	5,02
IPCA-Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,67	0,58	0,16	0,07	-0,32	0,82
Acumulado em 12 meses	4,39	4,72	4,64	4,44	4,22	4,58

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2026a).
 Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
 Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
 Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).

REFERÊNCIAS

AHIR, H.; BLOOM, N.; FURCERI, D. **World Uncertainty Index**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2022. (NBER Working Paper n. 29.763). Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w29763>. Acesso em: 15 out. 2026.

BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, 2026a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom281-not20260916281.pdf>. Acesso em: 13 out. 2026.

BCB. **Estatísticas**. Brasília, DF: BCB, 2026b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 13 out. 2026.

BCB. **Focus – Relatório de Mercado**. Brasília, DF: BCB, 2026c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260717.pdf>. Acesso em: 20 out. 2026.

BCB. **Relatório de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, v. 2, n. 3, setembro, 2026d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202606/rpm202606p.pdf>. Acesso em: 14 out. 2026.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**. Brasília, DF: BCB, 2026e. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 out. 2026.

BEA. **GDP (Third Estimate), Industries, Corporate Profits, State GDP, and State Personal Income, 2nd Quarter 2026**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 30 set. 2026a. Disponível em: <https://www.bea.gov/sites/default/files/2026-09/gdp2q26-3rd.pdf>. Acesso em: 20 out. 2026.

BEA. **Table 1.5.2. Contributions to Percent Change in Real Gross Domestic Product, Expanded Detail**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 30 set. 2026b. Disponível em: https://apps.bea.gov/iTable/?reqid=19&step=2&isuri=1&categories=survey&_gl=1*1b5xukh*_ga*MTAxOTc2Mjc2My4xNzUyMDA2ODA2*_ga_J4698JNNFT*cZ3ODQyMjM4NzkkbzlxJGcxJHQxNzg0MjIzODkyJGo0NyRsMCRoMA..#eyJhcHBpZCI6MTksInN0ZXBzljpbMSwyLDNldCJkYXRhIjpbWyJYXRIZ29yaWVzliwiU3VydmV5Il0sWyJOSVBBX1RhYmxlX0xpc3QiLCIzMjJdXX0=. Acesso em: 20 out. 2026.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 2, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 20 out. 2026.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 3, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Comex Stat**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2026a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo Caged**: agosto 2026b. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2026b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YW12IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: STN, v. 32, n. 8, agosto, 2026c. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54963>. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias — 4.º bimestre**. Brasília, DF: STN, setembro, 2026d. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54720>. 9 out. 2026.

CALDARA, D.; IACOVIELLO, M.; MOLLIGO, P.; PRESTIPINO, A.; RAFFO, A. The economic effects of trade policy uncertainty. **Journal of Monetary Economics**, v. 109, p. 38-59, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304393219302004>. Acesso em: 15 out. 2026.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, jun. 2026. Disponível em: <https://www.cpb.nl/en>. Acesso em: 15 out. 2026.

DAVIS, S. J. **An index of global economic policy uncertainty**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2016. (NBER Working Paper n. 22.740). Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w22740>. Acesso em: 15 out. 2026.

EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2026. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php. Acesso em: 15 out. 2026.

EUROSTAT. **Quarterly national accounts – GDP and employment**. Statistics Explained, 20 out. 2026. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Quarterly_national_accounts_-_GDP_and_employment#Data_sources. Acesso em: 20 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2026c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8888>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2026d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8881>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2026e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5906>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — referência 2010 — 2.º trimestre 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 15 out. 2026.

IFI. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Brasília, DF: IFI, n. 111, abril, 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ifi/pdf/raf111_abr2026.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

IMF. **Consumer Price Index (CPI)**, <https://data.imf.org/en/datasets/IMF.STA:CPI>, out. 2026a. Acesso em: 20 out. 2026.

IMF. **Global Financial Stability Report: Resilience, Risk, and Transformation**. Washington, DC: International Monetary Fund, out. 2026b. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/gfsr/2026/october/english/text.pdf>. Acesso em: 19 out. 2026.

IMF. **World Economic Outlook: Resilience Under Strain**. Washington, DC: International Monetary Fund, out. 2026c. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2026/october/english/text.pdf>. Acesso em: 15 out. 2026.

INDEC. **Informe de avance del nivel de actividad**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, set. 2026a. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/pib_09_26065D6A3612.pdf. Acesso em: 20 out. 2026

INDEC. **Utilización de la capacidad instalada en la industria, nivel general y bloques sectoriales**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, out. 2026b. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/capacidad_10_263AAA0A2B86.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

OECD. **OECD Economic Outlook**, Interim Report September: Weathering Successive Shocks. Paris: OECD Publishing, set. 2026a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f751d02b-en>. Acesso em: 15 out. 2026.

OECD. **Quarterly GDP**. 2026b. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso em: 20 out. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: Sefaz, 2026a. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadao/>. Acesso em: 15 out. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Relatório de transparência fiscal**. 21^a ed. Agosto de 2026. Porto Alegre: Sefaz, 2026b. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202610/rtf-2q26-relatorio-transparencia-fiscal-edicao-21.pdf>. Acesso em: 15 out. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Exportações**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026c. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/exportacoes>. Acesso em: 20 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026d. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 15 out. 2026.

SANTOS, C. H. M. dos; AMITRANO, C. R.; MORA Y ARAUJO, M. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura** (IPEA), Brasília, D.F., n. 72, nota 23, 3.º trim. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/10/261015_Nota-23-Vis%C3%A3o-Geral.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

WORLD BANK. **World Bank commodity price data**. Washington, D.C.: World Bank, out. 2026a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. Acesso em: 15 out. 2026.

WORLD BANK. **Riding the AI Wave. East Asia and Pacific Economic Update**, out. 2026b. World Bank, Washington, DC. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2362-6>. Acesso em: 20 out. 2026.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL